

Reivindicações sempre esquecidas

"A Comissão do Distrito Federal sempre demonstrou ineficácia quanto às grandes reivindicações de Brasília" — Este é o juízo que a Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF (OAB-DF), através de seu presidente, Maurício Corrêa de Souza, faz da instituição criada em 1970 para representar o Poder Legislativo da capital da República.

Desiludido, Maurício Corrêa afirma que "por mais bem intencionado que esteja o senador Alexandre Costa (PDS-MA), na presidência da Comissão, ele não vai resolver o problema." Com experiências negativas no trato com aquela instituição, assegura que o Poder Executivo do Distrito Federal — o GDF — através de vários governos, sempre ignorou qualquer ação da Comissão.

Mesmo admitindo "o clima político diferente, com mais liberdade democrática," o presidente da OAB-DF diz que "difícilmente, o governo do Distrito Federal irá consultar a Comissão (o Poder Legislativo) sobre as obras que irá executar, as ações que desenvolverá." No seu entender, as sugestões e rei-

vindicações da comunidade brasiliense deverão continuar esquecidas pela comissão que sempre tem maioria de senadores do partido do governo, o PDS.

DESRESPEITO

Como exemplo da ineficácia e das razões para descrédito da Comissão do Distrito Federal, Maurício Corrêa lembra que no ano passado, depois de três anos de reivindicações, de projetos elaborados e encaminhados "até politicamente" àquela instituição, através do Ministério da Justiça e do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Leitão de Abreu, o projeto de lei que ampliou a Justiça do Distrito Federal foi aprovado — mediante acordo das lideranças de partidos do Congresso — sem serem introduzidas as modificações que a comunidade reivindicou.

"A Presidência da República tem que entender que somos mais de um milhão e 200 mil habitantes e não será uma Comissão dessa natureza que irá resolver os nossos problemas" — assim conceitua o presidente da OAB. Para ele, a cidade precisa

de representantes na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e de uma Assembléia Legislativa. Ou então, "no mínimo, dois deputados federais, como já têm hoje, os Territórios."

EMPRESARIOS

Na defesa da existência de uma representação política para Brasília, o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), Lindberg Aziz Cury, quer que os brasilienses elejam deputados federais e senadores para representá-los. Não defende a criação de uma Assembléia Legislativa por entendê-la onerosa para a cida-de.

Sobre a Comissão do DF, Aziz Cury diz que "é difícil que senadores representando um colégio eleitoral de outros Estados possam assumir mais compromissos que não lhe dizem respeito, diretamente." Afora isto, anuncia que a Comissão não dispõe de meios para agir como "Poder Legislativo." Ao lembrar que a situação de Brasília como Capital da República é especial, argumenta que ela precisa apenas eleger seus senadores e deputados federais.